

HIGIENE PESSOAL FORA DA RESIDÊNCIA NO CENTRO DE SÃO PAULO

Rosália Brasil Ribeiro Yamamura

Ricardo de Sousa Moretti

RESUMO

A visão mais abrangente de universalização dos serviços de saneamento e de realização dos direitos humanos à água e ao saneamento incorpora o atendimento dos domicílios, mas também o equacionamento das necessidades de saneamento de todos, ou seja, inclui aqueles que não tem acesso a instalações sanitárias no local de trabalho. O artigo apresenta uma retrospectiva histórica da higiene pessoal e dos equipamentos públicos existentes para esse fim em São Paulo. Ampara-se em pesquisa que teve como objetivo avaliar como são atendidas as demandas de higiene fora da residência no centro de São Paulo, por parte dos trabalhadores sem base fixa – aqueles que exercem alguma atividade econômica nos logradouros públicos. Foram entrevistados 360 trabalhadores sem base fixa desta região. Constatou-se que, para a satisfação das necessidades fisiológicas, tal parcela da população recorre aos sanitários de estabelecimentos comerciais nas proximidades do seu “ponto” e/ou dos banheiros das estações do Metrô. Foi possível também constatar que, parte dos entrevistados, opta por não ingerir líquidos durante o dia ou reter a urina e as fezes para evitar os constrangimentos relacionados às dificuldades de acesso a equipamentos para sua higiene pessoal. Os estudos sinalizam a urgência de ampliação da ação pública, face aos riscos de saúde pública que estão associados ao quadro existente.

PALAVRAS-CHAVE: sanitários públicos, urbanização, saneamento, saúde pública, trabalhadores sem base fixa, Subprefeitura Sé.

Introdução

Nos primeiros três séculos de vida urbana, as ruas de São Paulo eram espaços públicos frequentados apenas pela arraia-miúda – índios, mamelucos, escravos, mulatos, negros forros e livres, brancos pobres. “ O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados , não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua” (FREYRE,2003,p. 139).

Nas ruas era habitual o despejo de esgotos, de lixo e de animais mortos, assim como a circulação livre de todo tipo de animal doméstico e a satisfação das necessidades fisiológicas, resultado da inexistência de instalações sanitárias dentro das casas, onde se utilizava potes, urinóis ou retretes, e do sistema de saneamento que por muito tempo servia as cidades brasileiras, denominado “tigre” – o barril que ficava debaixo da escada dos sobrados, acumulando matéria dos urinóis, para ser então conduzido ao rio ou à praia pelos negros. O banho era tomado em casas de banho, para quem podia pagar por esse luxo, mas a maioria dos cidadãos se lavava nas águas dos rios.

Na Europa e também no Brasil, a partir de meados do século XIX, multiplicam-se os esforços relacionados à melhoria das condições de saúde pública nas cidades. A estruturação da legislação urbanística está associada ao esforço de melhoria das condições de higiene nas cidades e os Códigos Sanitários, publicados no Brasil ao final do século XIX, contém um conjunto de medidas voltadas para o ordenamento urbano.

No período entre 1870 a 1910 grande números de pedidos de patentes é registrado no Arquivo Nacional Brasileiro, em sua Coleção Privilégios Industriais¹, refletindo a preocupação com a salubridade, a medicina social e a higienização das ruas, das moradias e dos habitantes das cidades, como ilustra a figura 1.

A pujança da economia cafeeira, a partir da segunda metade do século XIX, exige e promove grandes intervenções públicas na cidade de São Paulo. A região central é o local escolhido para as primeiras obras de infra-estrutura, que passam a atrair as gentes para as ruas. Iniciativas para atender a satisfação das necessidades fisiológicas nas ruas em condições higiênicas adequadas surgem a partir de 1882, com a construção

¹ O Arquivo Nacional, criado em 1838 como Arquivo Público do Império, é um órgão subordinado à Casa Civil da Presidência da República (desde 2000), responsável pela guarda, preservação e divulgação do patrimônio documental do país.

de mictórios² públicos para homens, em pontos da cidade de grande fluxo de pedestres, pela Companhia Cantareira³, como pode ser visto na figura 2.



Figura 1. Banho portátil e vaso sanitário de 1909.

Em 16 de maio de 1883, ato da Câmara Municipal de São Paulo sugere os lugares para oito mictórios, porém considera a quantidade insuficiente... (Ata da Câmara Municipal de São Paulo, 1883, p.145-146). Em 1894, com a criação do Código Sanitário, que tem “a grande preocupação [de] prevenir a cidade e a vida pública contra riscos à saúde” e sob a influência das grandes descobertas na área da medicina, da microbiologia, da infectologia, da saúde pública, surge a privada no interior das casas. (YÁZIGY, 2000, p. 110). Em 1895 determina-se ao Intendente de Obras “mandar construir quinze mictórios em diversos pontos da cidade[...]”. (Leis e Resoluções e Actos da Câmara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo, de 1894 a 1895, 1915, p. 176).

² Mictório [do lat. *mictorius*]. Lugar próprio para nele se urinar. Sinônimos, nesta acepção: mijadouro, mijadeiro, sumidouro e (lus.) urinol (FERREIRA, 1999, p. 1334).

³ Empresários brasileiros fundam então a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, em 1878, que conta com a ajuda de engenheiros ingleses, para dar solução aos problemas de abastecimento de água e do sistema de esgotos da cidade.



Figura 2. Mictório circular (na esquina), fotografado em 1887, próximo à rua Direita (acervo DPH).

O século XXI encontra um centro popularizado, que continua a ser um importante pólo de atração econômica. A região central da cidade, administrada pela Subprefeitura Sé, tem 431 mil pessoas residentes em 2010, mas recebe grande afluxo de pessoas em função da oferta de trabalho ali existente. De acordo com dados do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap/2002), a atividade econômica nessa região paulistana está representada por 723.496 postos de trabalhos formais e cerca de 8.000 trabalhadores informais⁴ de rua. “ No viaduto do Chá e nas ruas Direita, São Bento, Xavier de Toledo e Barão de Itapetininga o número de pedestres é maior do que 6.000 por hora” (EMURB,2004,p.321).

Em pesquisa realizada em 2006 na área administrada pela Subprefeitura Sé, tinha-se o registro de apenas onze sanitários públicos instalados. Em levantamento realizado em 2012, em consulta telefônica junto à subprefeitura da Sé - para saber o número específico de banheiros públicos de toda área administrada pela Subprefeitura -, foi passado o registro de apenas onze sanitários. E em visita realizada aos locais, foi possível constatar que apenas 2 desses banheiros estavam em funcionamento (o da Praça 14 Bis e o da Praça das Bandeiras). Considera-se relevante o fato de que, em

⁴ Segundo a Prefeitura de São Paulo, o número de ambulantes atuando na área central da cidade varia de 5 mil a 8 mil, sendo 4.082 cadastrados; 80% das vias públicas dos distritos Sé e República estão ocupados por, pelo menos, um trabalhador informal.

pleno século XXI, o número de banheiros públicos disponíveis era significativamente inferior àquele que contava a cidade no final do século XIX, mais de cem anos atrás...

Métodos utilizados no levantamento realizado

A pesquisa realizada teve como objetivo avaliar como são atendidas as necessidades fisiológicas fora da residência, especificamente para os trabalhadores sem base fixa – aqueles que exercem alguma atividade econômica nos logradouros públicos, na região administrada pela Sub-Prefeitura Sé. Esse levantamento foi realizado no âmbito de pesquisa para a dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, apresentada na PUC Campinas em 2006. (IAMAMURA, 2006)



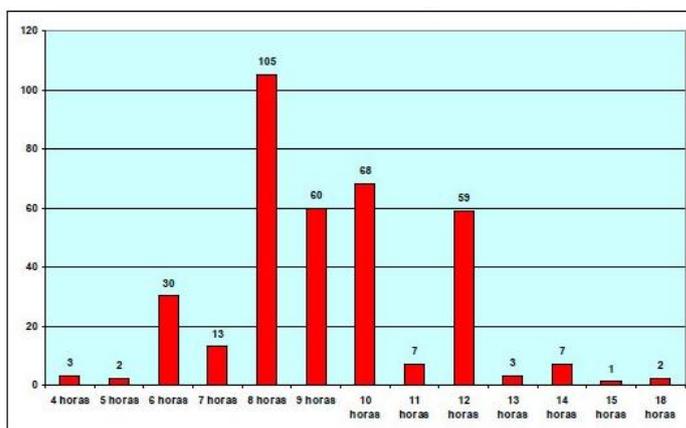
Figura 3. Área da Subprefeitura Sé (PMSP, 2006)

Para verificar e medir a qualidade do serviço prestado nessa região, definiu-se como campo de investigação os oito distritos da Subprefeitura Sé. O grau de satisfação dos usuários em relação ao serviço prestado pela municipalidade foi avaliado por meio de levantamento em que, nos meses de maio e junho de 2006, foram entrevistados 360 trabalhadores, que correspondem a uma amostra representativa com margem de erro de 6%, para a amplitude de população considerada.

Resultados

A maioria dos trabalhadores permanece mais de 8 horas por dia em suas vias e logradouros.

Gráfico 1. Quantidade de horas de trabalho diário (nº de entrevistados = 360).



Entre os entrevistados, que são 73% do sexo masculino e 27% do sexo feminino, 32% declararam ter necessidade de utilizar o sanitário, pelo menos, três vezes ao dia e recorrem aos sanitários dos estabelecimentos comerciais que se encontram mais próximos do seu local de trabalho. Dentre os mais procurados, os bares, as lanchonetes e os restaurantes representam 64%, embora, em muitos casos, os pedidos para o uso desses sanitários não sejam atendidos pelos responsáveis dos estabelecimentos comerciais. A população-alvo procura utilizar sanitários públicos gratuitos. Do total de entrevistados, 53% declararam que usam sanitários dos estabelecimentos comerciais por ser essa a única opção que têm e 26%, porque o sanitário fica próximo do seu local de trabalho. Os pontos negativos apontados nos sanitários públicos usados foram: falta de limpeza, discriminação, situações de constrangimento, destacando-se que o fato de não ter outra opção está representado por um universo de 63% dos entrevistados.

Gráfico 2- Motivos para restrição de uso dos sanitários nos estabelecimentos comerciais.

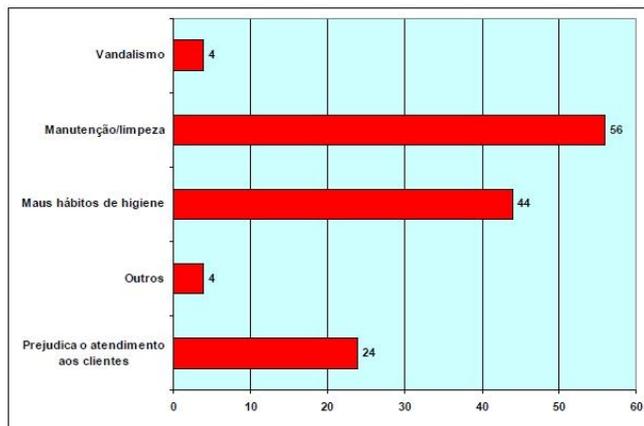
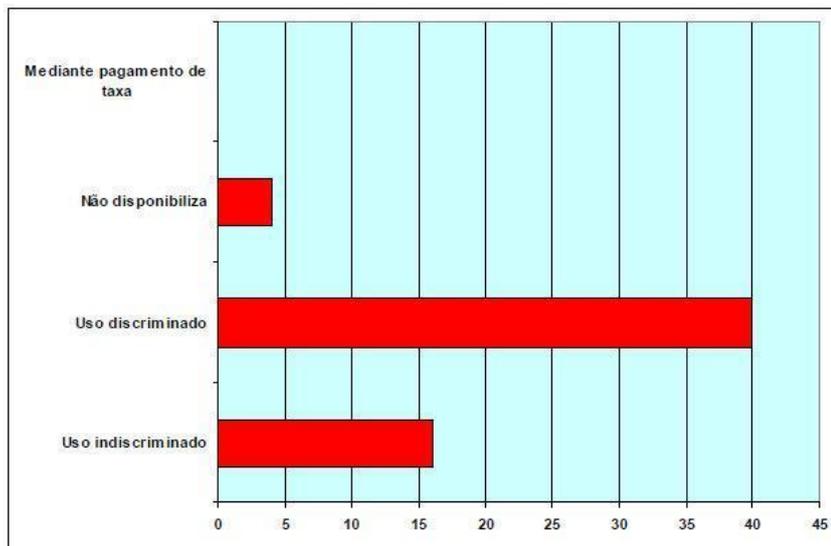


Gráfico 3 – Disponibilidade dos sanitários de estabelecimentos comerciais.



Foram solicitadas sugestões para adequação dos sanitários públicos e, dentre elas, destacam-se a solicitação de mais atenção à segurança (65% dos entrevistados), promoção de campanhas de educação sanitária e a manutenção da limpeza (17%), permanência de funcionários no local para manutenção constante (15%).

Colheu-se também o depoimento de seus proprietários, com a intenção de se conhecer sua opinião. Como se pode observar nos Gráficos 2 e 3, a maioria deles disponibiliza o uso dos sanitários apenas para seus fregueses, o que implicitamente significa uma cobrança pelo serviço e uma restrição em relação ao tipo de usuário. Dentre os motivos alegados para isso, destaca-se o alto custo de manutenção desses equipamentos e maus hábitos de higiene dos usuários.

Discussão

A falta de sanitários em logradouros públicos na região central da cidade de São Paulo reflete a ausência de uma ação pública consistente em um tema que tem grande impacto na saúde pública. Inversamente ao crescimento da cidade e da população, os sanitários nas vias e logradouros dessa região foram desaparecendo.

É preocupante a frequência desses trabalhadores aos equipamentos de higiene, já que a maioria deles permanece mais de 11 horas fora de casa. Um total de 32% dos sujeitos da pesquisa utiliza-se das instalações sanitárias somente até duas vezes, quando usualmente se utiliza do vaso sanitário, em média, de seis a oito vezes em um período de 24 horas. Há casos, inclusive, como detectado na pesquisa, de pessoas que mudam seus hábitos alimentares, deixam de ingerir água em quantidade suficiente, retêm a urina ou as fezes para não se utilizarem dos sanitários, o que pode causar graves danos à saúde.

Na ausência desses equipamentos em logradouros públicos disponibilizados e administrados pela Prefeitura, cresce a importância daqueles oferecidos por outros gestores, como é o caso da Companhia Metropolitana de São Paulo, que presta serviços públicos de transporte e mantém sanitários em suas estações. Mas o Metrô, em decorrência dos inúmeros problemas enfrentados com a oferta desse serviço, admite que, nas futuras estações, não serão disponibilizados sanitários de acesso livre ou pagos, mas, sim, de uso controlado, apenas para casos de emergência. Vale confrontar a legalidade dessa medida com o disposto no Código Sanitário do estado de São Paulo (Lei 10.083, de 23/9/1998).

A convergência de todo o estudo dentro deste trabalho acaba por apresentar um desafio importante: a necessidade da construção de políticas públicas que possibilitem a oferta de sanitários em logradouros públicos equipados convenientemente em quantidade suficiente para o atendimento dessa população.

Vale ressaltar as experiências positivas do SESC e da Petrobrás no atendimento de sanitários públicos. Embora relevantes esta participação nesta problemática, há sempre um constrangimento em se freqüentar um local somente para o uso de suas instalações sanitárias. No caso da Petrobrás, geralmente o usuário está em deslocamento e consumirá algum produto. Já os sanitários do SESC são geralmente utilizados por freqüentadores de suas unidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EMURB. Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Emurb, 2004.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. Tomo 1 e 2.

IAMAMURA, Rosália Brasil Ribeiro. Higiene pessoal fora da residência: os sanitários públicos na área central de São Paulo. 2006. 187 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) PUC Campinas, Campinas: 2006.

YÁZIGI, Eduardo. O mundo das calçadas: por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas/FFLCH; Imprensa Oficial do Estado, 2002.